

DIVERSIDADE DE GÊNERO NO CURRÍCULO DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIMONTES/UB

GENDER DIVERSITY IN THE CURRICULUM OF THE BACHELOR'S DEGREE IN PEDAGOGY AT UNIMONTES/UB

Thiago Luiz Sartori¹
Michelle Espíndola Batista²

Resumo

Este trabalho de investigação tem como objetivo discutir questões de diversidade de gênero e Direitos Humanos na estrutura curricular da Licenciatura em Pedagogia, ofertada pela Unimontes/UB, comparando o desenho curricular de 2013 e 2023. A fundamentação teórica está alojada no campo interdisciplinar dos estudos sobre EaD, a partir da interface entre as investigações sobre gênero e as referentes às políticas curriculares. Com isso, foi possível identificar diálogos teóricos pertinentes ao tratamento dos dados. A metodologia foi do tipo documental, já que é possível entender o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da licenciatura focalizada como documento, e a abordagem foi qualitativa, com viés interpretativista. A pesquisa revela pouca discussão sobre diversidade e Direitos Humanos na formação do pedagogo, uma vez que não existem muitas evidências de modernização curricular junto aos dados analisados.

Palavras-chave: Currículo. Formação de Professores. Políticas Públicas.

Abstract

This research work aims to discuss issues of gender diversity and Human Rights in the curricular structure of the degree in Pedagogy, offered by Unimontes/UB, comparing the curricular design of 2013 and 2023. The theoretical foundation is housed in the interdisciplinary field of studies on distance learning, based on the interface between investigations on gender and those relating to curricular policies. With this, it was possible to identify theoretical dialogues relevant to data processing. The methodology was of a documentary type, as we understood the Pedagogical Project of the Course (PPC) of the degree focused on as a document, and the approach was qualitative, with an interpretive bias. The research reveals little discussion about diversity and Human Rights in the training of pedagogues, since there is not much evidence of curricular modernization in the data analyzed.

Keywords: Curriculum. Teacher training. Public Policy.

¹ Advogado e Professor/coordenador convidado da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção - São Paulo. Mestre em Educação: Política e gestão da educação, pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo - USP. tsartori@hotmail.com; <http://orcid.org/0000-0002-8295-0661>; <https://orcid.org/0000-0002-8295-0661>

² Consultora, Enquadramento Funcional: Consultora Especialista em Educação - Ministério da Educação, UNESCO. Doutora em Educação (UnB). espindolamichelle@yahoo.com.br <https://orcid.org/0000-0002-5325-7390> <http://lattes.cnpq.br/4092332951688631>

1 Introdução

Nos últimos anos, pesquisas têm problematizado o crescente interesse acadêmico por questões voltadas à diversidade de gênero. Isso, por sua vez, tem tornado o referido assunto como algo interdisciplinar por natureza, considerando, pois, os diálogos que têm (re) estabelecido campo dos estudos científicos, especialmente no que se refere às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Chaves, 2019; Nardi; Silveira; Machado, 2013).

Entretanto, há várias lacunas a serem preenchidas no escopo dessa temática. Isso porque há uma necessidade em ampliar as políticas públicas que oportunizem esse debate, especialmente no que compete à formação docente no país. Dessa forma, ainda que seja importante demonstrar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Brasil, 1996) aponta para um progresso nesse sentido, é preciso avançar, pois a mudança das práticas sociais tem sido recorrente e as instituições de ensino não podem se mostrar alheias a isso.

Os instrumentos de Políticas Públicas de Educação no Brasil, aqui especificamente a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ajudam a entender aspectos formais, estruturais, mas também funcionais no que se refere à formação inicial do professor. Dessa forma, pensar que a formação inicial do pedagogo é algo plural nos oferece condições de pensar em aspectos sobretudo sociais, uma vez que tais documentos advogam pela formação de um docente crítico e reflexivo, capaz de construir convergências e discrepâncias no mundo de uma maneira consciente.

Por isso, é necessário que se tenha uma legislação própria sobre a abordagem do tema diversidade de gênero na formação de professores. É preciso considerá-la premissa fundamental para que um profissional da educação seja lançado ao mercado de trabalho mais bem preparado para lidar com essas questões.

Nesse sentido, é possível dizer que a natureza interdisciplinar dessa proposta amplia a importância desta pesquisa, considerando-a, conseqüentemente, como uma iniciativa de interesse de várias áreas das Ciências Humanas. Com isso, torna-se pertinente a escolha por esta temática, que tem se expandido por todas as áreas do saber humano (Chaves, 2019).

Entretanto, é importante esclarecer que, mesmo diante do aumento no número de investigações sobre diversidade de gênero ainda há muito a que se fazer e discutir. Isso porque a análise acerca do saber humano

mostra-se aberta a múltiplas interpretações a depender do ângulo em que o pesquisador a observa e a analisa (Chaves, 2019; Nardi; Silveira; Machado, 2013).

Em tempo, foi utilizado o termo “diversidade” com o sentido que parte dos estudos de Butler (2003) e Castro (2018). Em seus trabalhos, os referidos autores compreendem a “diversidade” a partir de um olhar social, considerando-a, portanto, como um conjunto de grupos e comunidades, as quais foram silenciadas no percurso de evolução da história humana. Assim, os Direitos Humanos atuam como responsáveis por colaborar nessa visibilização, partindo das colaborações constitucionalmente garantidas a qualquer cidadão.

Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar questões de diversidade de gênero na estrutura curricular da Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, ofertada pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), comparando o desenho curricular de 2013 e 2023. Dessa forma, compreende-se que esse viés de discussão acerca da temática ora mencionada confere a este trabalho um caráter de inovação, uma vez que pouco tem se pensado nisso no âmbito dos estudos a distância. Somado a isso, não há indícios de trabalhos investigativos que versem sobre esta temática aplicada ao presente lócus de pesquisa, o que reforça a importância desta proposta.

A fundamentação teórica utilizada para mobilizar saberes na ocasião do tratamento do corpus é de natureza interdisciplinar e está alojada na interface entre os estudos sobre EaD no Brasil (Barreto, 2010; Gomes, 2009; Scheibe, 2010), as pesquisas sobre gênero (Scala, 2011; Scott, 2012) e as discussões sobre currículo (Arroyo, 2013; Sacristán, 2000; Silva, 2006). Entende-se que isso deu maiores condições de construir sentidos a partir dos dados coletados sob diferentes enfoques.

A metodologia mobilizada foi do tipo documental com abordagem qualitativa, o que nos demandou um olhar sensível no que se refere à prática pedagógica atuante no processo de formação do pedagogo em EaD no que compete às temáticas acima mencionadas (Bortoni-Ricardo, 2008; Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). Em tempo, foi adotado como documento de análise o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Licenciatura em Pedagogia EaD, ofertada pela Unimontes/UAB. A escolha por este documento justifica-se pelo seu papel de representação do perfil profissional do profissional da educação que a referida instituição pretende formar.

1.1 Problema de Pesquisa

Diante de todo o exposto, cabe o seguinte problema de pesquisa: Como questões de diversidade e Direitos Humanos são estruturadas no currículo da Licenciatura em Pedagogia ofertada pela Unimontes/UAB, comparando o desenho curricular de 2013 e 2023? Analisar questões de diversidade de gênero e Direitos Humanos na estrutura curricular da Licenciatura em Pedagogia ofertada pela Unimontes/UAB, comparando o desenho curricular de 2013 e 2023.

Além desta Introdução, das Considerações Finais e das Referências, este trabalho é constituído pelas seguintes principais seções: Discutindo conceitos teóricos e Resultados e Discussão.

Espera-se que este trabalho possa render desdobramentos futuros no meio acadêmico, de modo a possibilitar debates vindouros acerca dos Direitos Humanos e da Diversidade de Gênero no contexto da formação do professor do século XXI.

2 Discutindo Conceitos Teóricos

Neste tópico, são apresentados alguns pressupostos teóricos que foram mobilizados durante o desenvolvimento desta pesquisa. Trata-se, portanto, de algumas considerações que apontam para o referencial teórico-metodológico que aplicamos junto aos dados da referida investigação.

A questão sobre diversidade de gênero sempre foi tratada de uma maneira superficial no bojo das políticas públicas curriculares, seja da educação básica, seja da educação superior. Há uma leve preocupação sobre esse assunto na LDB (1996), que, a partir dos Direitos Humanos, menciona como um assunto necessário a ser tratado no ambiente escolar, porém sem muitos pormenores.

Esta discussão foi retomada pela BNCC (2018), quando passou a pensar a organização curricular a partir de temas transversais que podem desenvolver habilidades e competências no aluno. No entanto, ainda assim, as discussões sobre diversidade de gênero ainda se mostram superficiais (BRASIL, 2018).

Partimos desse pressuposto para mobilizar conhecimentos teóricos que podem ajudar no tratamento dos dados. A fundamentação teórica está alojada no campo interdisciplinar dos estudos sobre EaD (Barreto, 2010; Gomes, 2009; Scheibe, 2010), a partir da interface entre as investigações sobre gênero (Scala, 2011; Scott, 2012) e as referentes às políticas curriculares (Arroyo, 2013; Sacristán, 2000; Silva, 2006).

Entende-se que o olhar interdisciplinar oferecido neste trabalho é uma perspectiva contemporânea de se pensar pesquisas científicas. Isso porque o entendimento do raciocínio acadêmico considera relevante o diálogo entre diferentes áreas do saber humano.

2.1 Dos estudos sobre EaD

Dos “Estudos em EaD no Brasil” foram pertinentes as discussões acerca da própria proposta desta modalidade de ensino. Partimos da ideia de EaD como modalidade de ensino atual que demanda uma grande massa da população do país, sendo, portanto, a recorrida por grande parte dos brasileiros ao escolherem ter um diploma universitário. Esse pressuposto leva a questionar diversos tabus que foram cristalizados na nossa sociedade, em razão de uma cultura predominantemente presencial (Barreto, 2010; Gomes, 2009; Scheibe, 2010). Pensar nesses entraves ideológicos demanda o conhecimento sobre tudo o que cerca a formação do profissional do EaD, o que dá condições de estabelecer diálogos com os demais saberes representados na figura acima.

Os referidos autores reforçam a ideia da EaD enquanto uma modalidade de ensino importante à formação de um profissional com senso de autonomia e de autoparticipação ativa. Nesse sentido, partem do princípio de que é necessário haver uma relação entre os aspectos tecnológicos e os pressupostos culturais que operam no entorno da sua proposta (Barreto, 2010; Gomes, 2009; Scheibe, 2010).

Nesse sentido, Barreto (2010) acrescenta que o investimento na EaD no Brasil vai muito além de consequências voltadas à globalização caracterizadora do século vigente. Trata-se, sobretudo, do movimento de expansão do ensino superior que, ao ganhar novos contornos de oferta, utiliza-se da tecnologia para ajudar na formação de profissionais de diversas áreas. Isso porque, ainda para o autor, o processo de expansão é oriundo de uma estrutura social em constante transformação, portanto, movediça.

Já Gomes (2009) colabora com este debate a partir do que as legislações sobre EaD no país propõem. Isso porque, de acordo com o autor, é preciso pensar no investimento nessa modalidade de ensino a partir do que as leis orientam para que, assim, possa ser possível evitar uma espécie de massificação do sistema de educação a distância, de maneira a garantir a qualidade da EaD.

Por fim, conforme Scheibe (2010), é preciso observar com mais atenção a modalidade a distância em cursos de formação de professores, considerados o principal nicho. Nesse caso, o autor nos convida a refletir

sobre estratégias pertinentes para a qualificação do profissional da educação que, ao se formar na EaD, deve exercer função docente em instituições de ensino básico.

Diante de todo esse cenário, Mill (2018) problematiza a utilização de tecnologias junto à educação e, a partir disso, estabelece provocações diversas acerca do papel pedagógico da educação a partir da utilização de plataformas digitais. Para o autor, a EaD é, na verdade, uma possibilidade de inserção de tecnologias aplicadas a situações de ensino e aprendizagem. Estas estratégias, por sua vez, devem ser estimuladas junto ao aluno na educação básica, por exemplo, para que este tenha consciência do engajamento pedagógico da tecnologia.

A EaD, portanto, emerge como uma nova possibilidade de qualificação profissional, caracterizada pela autonomia na definição dos horários, além de ser uma materialização concreta do papel da tecnologia na formação acadêmica emergente. Com isso, passou-se a ser necessário pensar nessa modalidade a partir das novas demandas sociais.

Em síntese, a EaD torna-se ponto-chave para o entendimento do comportamento humano em meio a uma sociedade pós-moderna, marcada por relações instáveis que demandam, cada vez mais, uma autonomia do estudante.

2.2 Dos Estudos sobre Diversidade de Gênero

No que se refere aos “Estudos sobre Gênero”, foram pertinentes as discussões sobre o princípio social, psicológico e sociológico da construção identitária do gênero, que excede os limites puramente biológicos. Isso, por sua vez, demanda uma investigação acerca da ideia socioantropológica de “identidade”, já bastante difundido no campo da sociologia crítica, de natureza americana (Scala, 2011; Scott, 2012). Entende-se que, para tecer alguma consideração acerca do perfil profissional do pedagogo formado em um curso EaD, é preciso pensar na relação de pertencimento que o corpo gera com a pessoa, o que justifica muitos casos de não se autoconhecer a partir das características biológicas.

Os referidos autores endossam a importância de se pensar a diferença entre “sexo” e “gênero”, sendo o primeiro mais ligado ao fator biológico e o segundo, ao social. Dessa maneira, pensar em aspectos de auto entendimento pressupõe um olhar mais sensível do profissional da educação pós-moderna, em que fatores ligados à identidade parecem estar cada vez mais diversificado (Scala, 2011; Scott, 2012).

Para Scala (2011), quando consideramos que a ideologia de gênero

é, na verdade, um campo de conflito, estamos, conseqüentemente, questionando um modelo de organização social cristalizado, sobretudo no contexto de uma sociedade ocidental. Nesse caso, acrescenta ainda que este olhar é, com isso, um posicionamento de tende a ferir e a questionar princípios heteronormativos bastante questionáveis na realidade de hoje.

Compreender o gênero como uma medida de auto entendimento do corpo é, portanto, algo essencial para o entendimento do comportamento social. Isso porque esta perspectiva entende o “eu” a partir do “outro”, sendo, pois, uma relação dialógica para a construção identitária do homem (Scala, 2011).

Já Scott (2012) reforça o percurso histórico da discussão sobre gênero. De acordo com o autor, para entendermos a atual conjuntura social, que provoca as atuais discussões sobre diversidade e multiculturalismo, é preciso compreendermos também toda a construção da ideia de gênero no decorrer do tempo. Para tanto, para avançar no futuro, é preciso olhar para o passado com uma percepção crítica, de maneira a colaborar para pensar em avanços cada vez mais significativos para a referida temática.

Portanto, entende-se que o contexto da educação é um meio de suma importância para o desenvolvimento crítico e reflexivo dessas questões, uma vez que lida diretamente com a formação do cidadão.

2.3 Dos Estudos sobre Currículo

Já no que competem aos “Estudos sobre Currículo”, foram pertinentes as discussões sobre Políticas Públicas Curriculares, que muito problematizam a definição de currículo, entendendo-o como campo de disputa ideológica (Arroyo, 2013; Sacristán, 2000; Silva, 2006). Nesse caso, foram mobilizados os estudos pedagógicos para melhor caracterizar o PPC da Licenciatura em Pedagogia, considerando, logo, o olhar acadêmico-científico a partir do currículo em si.

De acordo com os autores, o currículo se estabelece como um espaço de demanda de poder, em que a disputa ideológica parece ser sua viga-mestra. Em outras palavras, é por meio do currículo que as ideologias são materializadas e, com isso, a formação profissional do estudante acaba por ser desenhada (Arroyo, 2013; Sacristán, 2000; Silva, 2006).

Arroyo (2013) advoga pela ideia de currículo enquanto espaço de disputa de poder. Isso porque, para o autor, quando o currículo é reformulado, novas percepções ideológicas são consideradas. Com isso, os olhares anteriores tendem a ser questionados, o que gera uma certa resistência ao novo.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Sacristán (2000) discorre sobre a materialização dessas ideologias nas matrizes curriculares, problematizando o currículo sob a perspectiva de documento. Nesse sentido, o autor propõe provocações que nos levam a pensar na relação entre sociedade e a documentação curricular que podemos ver atualmente nas instituições de ensino formal.

Quando entendemos o currículo como espaço de disputa ideológica, estamos compreendendo-o também enquanto ferramenta capaz de semiotizar os princípios de uma sociedade vigente. Em outros termos, o currículo deixa de ser apenas um conjunto de disciplinas e passa a ser visto como um aparelho determinados valores ideológicos materializados em uma proposta curricular (Arroyo, 2013).

Silva (2006) acrescenta que estes valores ideológicos são estabelecidos socialmente. Portanto, é impossível dissociarmos currículo e sociedade, mesmo porque o primeiro tende a ser a representação política da segunda. Em outras palavras, a evolução do currículo deve acompanhar a evolução da própria conjuntura social, pois um sobrevive no outro.

Por fim, estas articulações teóricas nos deram condições de problematizar a estrutura curricular da licenciatura focalizada com bastante rigor acadêmico, tal como a pesquisa demanda. Em outros termos, olhar para o objeto de pesquisa sob uma ótica interdisciplinar pode render análises mais substanciais e complexas.

3 Resultados e Discussão

Nesta seção, são apresentados os dados de investigação coletados durante o percurso da pesquisa. Para isso, foram extraídos alguns fragmentos do PPC da Licenciatura em Pedagogia da UNIMONTES/UAB, os quais foram seguidos da análise feita.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa junto ao PPC de 2013, anterior ao vigente. Procurou-se algum componente curricular que tivesse algum foco nos Direitos Humanos, na Diversidade de Gênero. Para tanto, a pesquisa foi feita no plano dos conteúdos previstos no âmbito das disciplinas identificadas.

A busca revela, no entanto, nenhum componente curricular que trabalhe diretamente os Direitos Humanos. Entende-se que esta lacuna pode representar uma multiplicidade de fatores, os quais podem ser citados: i) a presença de uma estrutura curricular tradicional e estruturalista, predominante no Brasil entre os anos 1980 e 1990; e ii) o silenciamento de grupos minoritários, sendo, pois, mais uma vez invisibilizados por uma

gama de ideologias curriculares de segregação (Smith; Santos, 2017; Chaves, 2019).

Isso, por sua vez, não descarta a possibilidade de se trabalhar estes aspectos sob a premissa de tema transversal, sem necessariamente disciplinarizá-lo, tal como sugerem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). No entanto, neste trabalho, o interesse recai sob a égide de identificação dos Direitos Humanos enquanto conteúdo dos componentes curriculares, o que, a nosso ver, gera maiores condições de visualização no contexto formativo da licenciatura.

Ao fazer uma relação com o contexto das Políticas Públicas de Educação em 2013, é possível entender que as DCNs estavam em uma constante crescente no meio discursivo das licenciaturas. No entanto, o PPC do referido ano apontava para uma predominância de um perfil tradicional, que imperou no país na década de 1990, antes da implantação destas diretrizes (Brasil, 2001). Isso permite entender que, nesta época, havia ainda uma forte tendência estruturalista, o que refletia no currículo da Licenciatura em Pedagogia investigada.

De acordo com Silva (2006), o currículo deve refletir a sociedade que opera em seu entorno. Por isso, aspectos ligados à discussão sobre gênero mostram-se relevantes no contexto deste trabalho, pois nos ajudam a pensar e a refletir sobre o comportamento do homem emergente.

A busca por algum componente curricular que dialogasse diretamente com a diversidade de gênero no contexto do currículo da referida licenciatura revelou a existência de uma única disciplina, a qual é denominada como “Educação na Diversidade”. Observe o Quadro 1:

Quadro 1: Disciplina “Educação na Diversidade”

Educação na Diversidade (1º semestre) CH: 36h
Ementa A diversidade como constituinte da condição humana. Conceitos de Identidade e diferença. Diversidade e questão de gênero. A cultura como universo simbólico que caracteriza os diversos grupos humanos. A diversidade étnico-racial na legislação educacional brasileira, com ênfase nas histórias dos povos indígenas e africanos. A diversidade social e as desigualdades econômicas.

Fonte: PPC (UNIMONTES, 2013, p. 82)

De acordo com o PPC (UNIMONTES, 2013), a disciplina “Educação na Diversidade” tem duração de 36h e deve ajudar a compor o desenho curricular da referida licenciatura no 1º semestre do curso, juntamente com outras disciplinas entendidas como introdutórias.

A ementa, por sua vez, prevê a discussão de conceitos que dialogam diretamente com os preceitos acadêmicos sobre diversidade, incluindo, neste caso: identidade, gênero, cultura de povos indígenas e africanos, bem como desigualdades econômicas.

De acordo com Scott (2012), as discussões previstas na ementa contida no Quadro 1 foram historicamente distanciadas do contexto educacional. Isso porque, do ponto de vista social, os diálogos sobre diversidade de gênero sempre foram considerados tabus no âmbito da educação formal, sobretudo no Brasil. Por isso, reconhecemos o avanço que esta proposta ementária representa, ainda que, eventualmente, demande alguns ajustes junto ao currículo da referida licenciatura como um todo.

Apesar de o PPC de 2013 mencionar o termo “diversidade” diversas vezes, não há disciplinas que dialoguem com esta temática ofertadas no decorrer do curso. Nesse caso, é possível entender que a ideia de diversidade é vista apenas como temática contextualizadora, mas não como assunto discutido no bojo da política curricular na formação do professor. Isso, por sua vez, merece uma atenção especial, pois essa fragmentação não parece ser algo favorável à atuação do profissional do magistério, o qual deve procurar estar engajado nessas discussões (Bento, 2017; Butler, 2003).

Butler (2003), apesar de uma discorrer sobre as questões curriculares, nos ajuda a pensar sobre a maneira como as discussões sobre diversidade costumam ser pensadas no contexto das relações sociais de hoje. Em seus argumentos acerca do corpo como instrumento de conflito ideológico, a autora nos ajuda a pensar na forma dos diálogos travados quando o assunto é o fato de ser diferente daquilo que a sociedade dominante acredita. A partir disso, entendemos que o currículo é, na verdade, um reflexo dessa sociedade, o que muito explica a aparente fragilidade das discussões de gênero no bojo curricular aqui caracterizado.

Analisando a disciplina “Educação na Diversidade”, entende-se também que sua presença represente um avanço no escopo das políticas curriculares. No entanto, levando em consideração a sua ementa, percebe-se que as discussões sobre diversidade são propostas de maneira bastante genérica, não focando especificamente em nenhuma minoria. Isso, por sua vez, parece algo passivo de melhoramento, já que foi defendido pelo aprofundamento dessas discussões, considerando toda a luta histórica de cada minoria mencionada com o objetivo de gerar vozeamento (Pelúcio, 2010; Arroyo, 2013).

Pelúcio (2010) acrescenta que, quando as discussões sobre gênero na educação formal evidenciam a figura da pessoa travesti, os problemas de invisibilidade são ainda maiores. Isso porque trata-se de uma pessoa

marginalizada dentro das próprias discussões sobre diversidade de gênero, estando relacionada, grande parte das vezes, à promiscuidade ou a qualquer outra ideia de vulgarização. Nesse caso, isso é um ponto que precisa ser evidenciado com o intuito de impulsionar melhorias vindouras junto às políticas curriculares.

Posteriormente, foi feita uma pesquisa junto ao PPC da Licenciatura em Pedagogia de 2023, o qual é o atual adotado pela instituição. Assim como feito no PPC de 2013, procurou-se algum componente curricular que tivesse algum foco nos Direitos Humanos e na Diversidade de Gênero.

A busca revela, com isso, pouca evolução em relação à versão do PPC de 2013. Isso porque não foram inseridas disciplinas que pudessem dialogar diretamente com a referida temática. O que houve foi uma espécie de mudança no título e na ementa da disciplina já existente e mencionada anteriormente, de “Educação na Diversidade” para “Educação, diversidade e direitos humanos”. Isso, por sua vez, reverbera uma conjuntura política de currículo ainda conservadora no país, apresentando evoluções a passos lentos (Brasil, 2018; Brasil, 1996).

A busca por algum componente curricular que dialogasse diretamente com a diversidade de gênero e os Direitos Humanos no contexto do currículo da referida licenciatura revelou a existência de uma única disciplina, a qual é denominada como “Educação, diversidade e direitos humanos”. Observe o Quadro 2:

Quadro 2: Disciplina “Educação, diversidade e direitos humanos”

Educação, diversidade e direitos humanos (7º semestre) CH: 60h
Ementa A diversidade como constituinte da condição humana. Conceitos de Identidade e diferença. Diversidade e questão de gênero. A cultura como universo simbólico que caracteriza os diversos grupos humanos. A diversidade étnico-racial na legislação educacional brasileira, com ênfase nas histórias dos povos indígenas e africanos. A diversidade social e as desigualdades econômicas. Diversidade religiosa: manifestações culturais e religiosas. Democracia, Cidadania e Direitos Humanos. Princípios e valores éticos. Tratados supra Nacionais de Direitos Humanos e suas ressonâncias educacionais.

Fonte: PPC (UNIMONTES, 2023, p. 269)

De acordo com o PPC (UNIMONTES, 2023), a disciplina “Educação, diversidade e direitos humanos” tem duração de 60h e deve ajudar a compor o desenho curricular da referida licenciatura no 7º semestre do curso, juntamente com outras disciplinas importantes à formação do pedagogo.

Inicialmente, entende-se que seja pertinente refletir sobre o período do curso em que a referida disciplina é ofertada. Seria interessante que o referido componente curricular fosse ministrado no 1º semestre do curso, já que é uma disciplina de base, de formação do estudante, que serve de embasamento para o desenvolvimento da formação das demais disciplinas. Em outros termos, em concordância com Sartori (2022), trata-se de algo essencial para o entendimento de todas as demais disciplinas ofertadas posteriormente na referida licenciatura.

A ementa, por sua vez, assim como a disciplina prevista no Quadro 1, prevê momentos de interlocução sobre identidade, gênero e cultura de povos indígenas e africanos. A diferença agora é a inserção dos Direitos Humanos como assunto que deverá ser tratado, incluindo questões sobre ética, democracia e Direitos Humanos (Sartori, 2022).

Os Direitos Humanos, conforme Sartori (2020), devem ser vistos como premissa fundamental no que se refere à discussão sobre diversidade de gênero no contexto da educação formal. Isso porque, de acordo com o autor, os Direitos Humanos foram historicamente construídos com o intuito de visibilizar minorias e minimizar as diferenças entre elas e os demais grupos sociais de percurso social privilegiado. Com isso, o currículo da licenciatura mostra-se como uma possibilidade de materialização dessa proposta, considerando que o profissional da educação tem papel transformador em uma sociedade.

Analisando a referida disciplina, foi possível perceber que as únicas modificações em relação ao PPC anterior são: i) a inserção dos Direitos Humanos como conteúdo previsto; ii) o aumento da carga horária; e iii) a oferta da disciplina no 7º semestre em detrimento do 1º, como identificado no PPC de 2013. Trata-se de um resultado bastante similar apontado pela pesquisa de Castro (2018), ao problematizar histórias de vida de estudantes homoafetivos em uma instituição de ensino superior federal. A autora aponta pouco amparo curricular sobre o assunto, considerando pouca inserção dos Direitos Humanos na orientação dos componentes curriculares na formação inicial do professor.

Em síntese, entende-se a inserção dos Direitos Humanos como conteúdo previsto enquanto principal evolução em relação ao PPC anterior, o qual não tinha nenhuma disciplina que fizesse a menção de maneira direta. Nesse caso, um curso de formação de professor que procura formar o futuro profissional do magistério utilizando os Direitos Humanos como pano de fundo tende a formar um profissional politicamente engajado, considerando-o como sensível às minorias, além de ser questionador face às demandas sociais emergentes (Faria, 1994).

Considerações Finais

Neste trabalho, foi realizada uma análise do PPC da Licenciatura em Pedagogia da UNIMONTES/UAB e observou-se de que maneira o currículo da referida licenciatura trabalha questões voltadas à diversidade e aos Direitos Humanos na formação inicial do pedagogo. Para tanto, comparamos o PPC anterior, de 2013, com o PPC vigente, de 2023.

Para isso, é necessário retomar ao problema de pesquisa desta investigação, o qual provoca o seguinte questionamento: Como as questões de diversidade de gênero e Direitos Humanos são estruturadas no PPC da Licenciatura em Pedagogia da UNIMONTES/UAB?

A resposta para o problema de pesquisa supramencionado tornou-se possível a partir da realização deste trabalho, considerando os resultados caracterizados e analisados neste trabalho. Estes, por sua vez, apontam para uma pouca evolução no currículo da licenciatura focalizada, uma vez que as alterações identificadas foram pouco expressivas, tais como apenas aumento da carga horária da disciplina, mudança no semestre em que é ofertada e a inserção dos Direitos Humanos como assunto do escopo do componente curricular. Esta última alteração, no entanto, é a que mais nos parece positiva, já que, no PPC anterior ao regente, não foi possível identificar nenhuma disciplina que apresentasse os Direitos Humanos em sua ementa.

Assim, o argumento de que é necessário avançar nessa discussão, já que ainda é possível perceber estruturas curriculares pouco aderentes a esta temática. Isso, por sua vez, é preocupante, já que o curso de educação superior, especialmente as licenciaturas, demandam a formação de um profissional que tenha condições de articular sua prática pedagógica ao fortalecimento de minorias historicamente invisibilizadas na nossa sociedade.

Em suma, espera-se que este trabalho possa ter desdobramentos futuros, os quais possam colaborar para a formação de profissionais da educação mais sensíveis ao próximo e, portanto, com melhores condições de atuar no mercado de trabalho do século XXI.

Referências

- ARROYO, M. G. *Currículo: Território em disputa*. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, R. G. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 113, p. 1.229-1.318, out./dez. 2010.

- BENTO, B. A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. 3ª ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.
- BORTONI-RICARDO, S. M. O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.
- BUTLER, J. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, N. M. Histórias de In/Exclusão na Escola: Análise Semiótica de Histórias de Vida e de Formação de Acadêmicos Homossexuais na UFT. 2018. 177f. Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura). Universidade Federal do Tocantins, UFT, Araguaína: TO, 2018.
- CHAVES, V. S. Cotas de Gênero, Paridade e Representação Política Feminina na América Latina. 2019. 132f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do ABC, UFABC, São Bernardo do Campo: SP, 2019.
- FARIA, J. E. Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça. São Paulo: Malheiros, 1994.
- GOMES, CAC. A legislação que trata da EaD. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 21-27.
- MILL, D. Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância. Campinas: Papirus, 2018. p. 181-185.
- NARDI, H. C.; SILVEIRA, R. S.; MACHADO, P. S. (Org.). Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- PELÚCIO, L. Plurais na singularidade: Reflexões sobre travestilidades, desejo e reconhecimento (Org). Fernando Pochahy. Porto Alegre: Nuances, 2010.
- SARTORI, T. L. Análise da Educação Brasileira em Face ao Estudo da Sexualidade: Marginalização da Educação Sexual na BNCC. Rev. Bras. Psico. e Educ., Araraquara, v. 23, n. 00, e022001, jan./dez, 2022.
- SARTORI, T. L. Educação, Direitos Humanos e Violência Homofóbica no Ambiente Escolar: A Concepção dos Gestores. 2020. 130f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul: SP, 2020.
- SACRISTÁN, J. G. O Currículo: Uma reflexão sobre a prática. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: Pistas teóricas e metodológicas. In.: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I, n. I. 2009.
- SCALA, J. Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família. São Paulo: Catekesis/Ed. Artpress, 2011, Cap. V p. 92-133.
- SCHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010.
- SCOTT, J. W. Os usos e abusos do gênero. Projeto História, São Paulo, n. 45, p. 327-351, Dez. 2012.
- SILVA, T. T. da. O Currículo como Fetiche: A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SMITH, A. S. P. O.; SANTOS, J. L. O. Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 1083-1112.
- UNIMONTES. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES: Montes Claros, 2023.

UNIMONTES. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES: Montes Claros, 2013.

Submetido em outubro de 2024
Aceito em novembro de 2024
Publicado em novembro de 2024

